



Características associadas ao nível de evidenciação dos passivos contingentes das companhias de capital aberto brasileiras

Resumo: Os passivos contingentes são possíveis obrigações cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos nos quais as organizações não possuem controle relativo ao seu resultado. O presente estudo objetivou identificar características associadas com o nível de transparência dos passivos contingenciais nas companhias de capital aberto brasileiras. Para isto, na intenção de medir o nível de evidenciação dos passivos contingenciais, utilizou-se uma lista de verificação elaborada conforme o CPC 25 (2009), na qual foram analisadas qualitativamente as notas explicativas da amostra de 285 empresas listadas na B3, relativas ao exercício de 2016. Os achados apontaram uma alta concentração dos passivos contingenciais de natureza tributária (32,04%); trabalhista (31,52%) e cível (31,26%) na amostra analisada. Concernente à lista de verificação, foi possível inferir que companhias ainda possuem dúvidas acerca das normas do CPC 25 (2009), visto o baixo grau de *disclosure* na amostra analisada. Relativo às características, os achados apontam que as entidades as quais apresentam mais obrigações com terceiros, possuem uma média superior de divulgação dos passivos contingenciais. Percebeu-se que o mais elevado nível de governança corporativa não influencia na publicação dos passivos contingenciais. Salienta-se ainda, que as companhias que negociam ações na NYSE e selecionam as *big four* para auditarem suas companhias, apresentam, em média, um grau de *disclosure* superior de seus passivos contingenciais. Ademais, verificou-se que a média de evidenciação foi mais relevante nos setores de atuação de Telecomunicações (33,33%); Saúde (30,56%) e; Petróleo, Gás e Biocombustíveis (28,07%).

Palavras-chave: Passivos contingentes; Evidenciação; Características.

Linha Temática: Padronização das normas contábeis.



1 INTRODUÇÃO

Para o profissional contábil, o passivo contingente é um dos itens patrimoniais de maior dificuldade, pois conforme Martins, Iudícibus, Gelbcke e Santos (2013), refere-se a uma obrigação que não pode ser reconhecida, haja vista ser formada por eventos incertos dos quais não são controlados pela instituição.

Nesse sentido, Niyama e Silva (2013) apontam que os passivos contingenciais são difíceis de serem mensurados, pois existem dúvidas sobre a ocorrência da obrigação, ocasionando um impacto nas deliberações dos usuários da contabilidade.

Conforme o CPC 25 (2009), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), correlacionado com a norma internacional IAS 37 do *International Accounting Standards Board* (IASB), passivos contingentes são: a) uma possível obrigação que irá se confirmar por um fato ocorrido ou não no futuro ou; b) uma obrigação presente que não é reconhecida, pois pode não ocorrer uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou seu valor não pode ser mensurado com confiabilidade.

A partir do conceito da IAS 37, Salazar e Benedicto (2004) esclarecem que a característica fundamental deste tipo de passivo é a incerteza de acontecimentos futuros que influenciariam no benefício econômico da entidade. De outra forma, Griffin (2012) define este passivo como um dever que depende da existência de uma circunstância na qual seu desfecho não é conhecido com precisão e decorre de algum fato que acontecerá no futuro. Griffin (2012) ainda acrescenta que o valor deste deve ser fundamentado em probabilidades, tendo em vista que a melhor forma de prever o montante a ser desembolsado é por meio de estimativa.

Nessa concepção, percebe-se a relevância da adequada divulgação contábil dos passivos contingenciais, visto que eles podem se transformar em obrigações prováveis e dessa forma prejudicar o lucro da empresa. Hendriksen e Van Breda (2009) salientam que transparência contábil minimiza a assimetria informacional entre os usuários internos e externos, pois norteia uma melhor deliberação por parte dos investidores, tendo em vista que estes buscam empresas que apresentam uma maior transparência, informações valiosas e de qualidade. Assim, a divulgação contábil proporciona uma relação simbiótica entre as companhias de capital aberto brasileiras e o mercado de capitais.

A partir do exposto elaborou-se o seguinte questionamento: Quais características são associadas com o nível de evidenciação dos passivos contingenciais nas companhias de capital aberto brasileiras? O objetivo do presente estudo é identificar características associadas com o nível de evidenciação dos passivos contingentes nas companhias de capital aberto brasileiras.

A realização desta pesquisa justifica-se pela necessidade de as empresas divulgarem corretamente os seus passivos contingenciais, com o fim de evitar possíveis prejuízos no qual impactam a imagem da empresa. O jornal Valor Econômico, do dia 07 de março de 2017, divulgou uma notícia que menciona uma companhia de capital aberto brasileira, sendo investigada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por uma possível prática de superavaliação de provisões, a qual distorceria o seu resultado. Como o conceito de provisão e passivo contingente são intimamente relacionados, este fato demonstra a importância de cunho econômico e social que a análise de provisões e passivos contingenciais possui na sociedade, sendo que a ausência divulgação adequada possui o potencial de afetar a análise dos usuários externos da contabilidade.



Estudos anteriores de Oliveira, Benetti e Varela (2011); Oliveira (2011); Jesus e Souza (2016) e Oliveira (2016) demonstraram que, em geral, as companhias contidas no Brasil, Bolsa, Balcão (B3) divulgaram, de forma insuficiente, as informações concernentes aos passivos contingenciais referentes aos exercícios dos anos de 2009, 2010 e 2014. Desta forma, o presente estudo contribui com este tema e avança relativamente aos estudos anteriores, visto que analisa um cenário atual, sendo o exercício social de 2016, acrescentando a análise de possíveis características que podem influenciar o nível de evidenciação (*disclosure*) dos passivos contingenciais e contemplando a análise da totalidade das companhias de capital aberto brasileiras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Evidenciação Contábil

Entre os anos de 1929 e 1930 ocorreu uma grande evolução no pensamento contábil fundamental, em virtude da necessidade de transparência que ficou evidente nessa época, as informações que eram apenas repassadas aos usuários internos começaram a ser fornecidas aos usuários externos (investidores/acionistas) (Hendriksen & Van Breda, 2009).

Pereira e Silva (2006) explicam que o objetivo principal da contabilidade é proporcionar informações necessárias para as deliberações, ressaltando que a *disclosure* é condição essencial para o alcance deste objetivo. A ideia subjacente é que por intermédio da evidenciação adequada promove-se uma maior transparência, compreensão e legibilidade das informações tornadas públicas, possibilitando que os usuários externos possam ter uma base confiável para apoiar suas decisões.

Aquino e Santana (1992) esclarecem que a evidenciação é aquilo que não oferece dúvida, pois tem o significado de divulgar com clareza o que está sendo comunicado. Esse entendimento está relacionado com a característica qualitativa da informação contábil de representação fidedigna, que assevera que os fenômenos devem refletir a realidade econômica do fato que se propõe a representar.

A Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (2011) refere-se que uma informação é fidedigna quando ela representa com autenticidade (veracidade) os dados contábeis da entidade. Por isso a evidenciação da informação contábil completa e fidedigna é tão importante no mercado de capitais, pois é uma das formas de reduzir os riscos entre os interessados nas atividades das empresas.

Nessa concepção, Iudícibus, Marion e Faria (2017), explicam que as companhias devem estar atentas ao desenvolvimento econômico e social da sociedade, pois é preciso suprir as necessidades emergentes dos usuários externos, com o propósito de transmitir todas as informações necessárias, sugerindo assim, que a informação apresentada de forma suficiente permite que os usuários entendam o seu valor, oportunidade e natureza.

Santos, Macedo e Rodrigues (2014) complementam que o *disclosure* possui grande importância para as companhias, pois auxilia na avaliação das oportunidades de investimentos, bem como demonstra aos participantes do mercado maior transparência dos riscos em investir em tais empresas. Lopes e Martins (2005) alertam que a falta de evidenciação nas companhias pode acarretar em assimetria informacional, em muitos casos decorrentes de conflitos de agência.

Jensen e Meckling (1976) explanam que a teoria da agência decorre da relação entre o “principal” e o “agente”, no qual o principal é representado pelo acionista que não está



participando das decisões dentro da organização e o agente é aquele designado ou com o poder de decisões gerenciais dentro da organização. Por exemplo: em determinados contextos o principal poderá ser o acionista controlador e o agente o acionista minoritário.

Nesse cenário, a teoria da agência explica os problemas decorrentes da separação entre o principal e agente, no qual estes podem desencadear os conflitos de interesses que decorrem do uso de informações privilegiadas em prol de seus próprios interesses em detrimento aos interesses do principal que não teve acesso as respectivas informações, gerando assim a assimetria informacional (Hendriksen & Van Breda, 2009).

Com relação à assimetria informacional, Lopes e Martins (2005) explanam que os gestores (agentes internos na organização) possuem uma quantidade maior de informações financeiras em comparação aos investidores (usuários externos da organização), de modo a estes necessitem de instrumentos independentes para avaliar o real cenário da companhia. Nesse contexto, um item importante a ser levado em consideração pelos investidores em suas tomadas de decisões é o grau de *disclosure* fornecido pelas empresas em seus relatórios contábeis.

A ideia subjacente é que quando a empresa disponibiliza informações contábeis incompletas em seus relatórios, os usuários externos obterão acesso a um nível de risco que poderá ser inferior ao que a empresa realmente possui. Lopes e Lima (1998) explicam que essa situação pode acarretar em um possível prejuízo no processo de movimentação dos recursos na economia, pois afeta diretamente a relação risco-retorno no mercado de capitais.

No contexto de conflitos de interesses também é relevante destacar que em países como o Brasil, nos quais a maioria das empresas possui o controle concentrado em um acionista controlador, a assimetria informacional e o conflito de interesses ocorrem entre acionista majoritário e os acionistas minoritários (Marques, Guimarães, & Peixoto, 2015).

Relativo aos passivos contingentes, Jesus e Souza (2016) acreditam que a relevância da sua adequada evidenciação está relacionada à demonstração dos riscos e dúvidas de investir em determinada companhia, o que poderá afetar sua situação tanto econômica como financeira. Dessa maneira, depreende-se que a ausência das divulgações relativas aos passivos contingentes, pode expor os investidores a altos riscos de perdas futuras.

2.2 Passivos Contingentes

Com a intenção de um melhor entendimento sobre os aspectos essenciais dos passivos contingenciais e provisões, é necessária uma breve conceituação do que é o passivo. A Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil Financeiro (2011) define o passivo como uma obrigação atual, proveniente de eventos anteriores, cuja liquidação resulte em saída de capital que incorporem benefícios econômicos para a entidade.

Nesse entendimento, o CPC 25 (2009) explica que provisões são passivos com prazo ou valor incertos e precisa ser reconhecido quando atender a três requisitos, sendo estes: a) ser proveniente de um evento pretérito, desse modo, a entidade possui uma obrigação atual, b) quando há uma provável saída de capital que incorporem benefícios econômicos para quitar a obrigação, e c) o montante da obrigação possa ser estimado com confiabilidade.

Todavia, se a obrigação não atender algum dos quesitos supracitados, não poderá ser caracterizado como provisão e deverá ser tratada como um passivo contingencial, devendo apenas ser divulgada em notas explicativas. Conforme o CPC 25 (2009), os passivos contingenciais são possíveis obrigações cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos e



a companhia não possui controle relativo ao seu resultado. Os passivos contingenciais divergem das provisões, pois podem decorrer de fatos cujo valor não pôde ser mensurado com suficiente confiabilidade ou é proveniente de situações cuja ocorrência só será confirmada no futuro sem uma provável saída de capital. Este contexto estabelece obrigatoriedade de relato somente em notas explicativas, o que poderá acarretar futuramente na criação de obrigações.

Na mesma linha de raciocínio, Hendriksen e Van Breda (2009) explanam que os estes passivos não devem ser reconhecidos nos demonstrativos contábeis por serem obrigações possíveis e não prováveis, ou, apesar de já existir uma obrigação provável, o seu valor não pode ser mensurado com confiabilidade.

O CPC 25 (2009) ainda destaca que para os passivos contingenciais cujas chances de ocorrência sejam remotas não é necessária nem a divulgação em notas explicativas, o que aumenta as subjetividades acerca destes tipos de obrigações, pois mesmo passivos contingentes com chances de ocorrência consideradas remotas podem tornar-se possíveis ou prováveis, ocasionando uma surpresa para os usuários externos.

Na concepção de Scarpin, Macohon e Dallabona (2014) as práticas de divulgação contábil estão ligadas às estimativas dos valores concernentes aos passivos contingenciais, porque existe uma dificuldade de estimar estes passivos devido à complexidade de incertezas que são inerentes ao contexto institucional da entidade, dado que a difícil mensuração do seu custo total agrava a incerteza da estimativa.

Ademais, acrescenta-se que se a divulgação dos passivos contingenciais for realizada inapropriadamente, poderá distorcer a análise dos usuários pertinente aos demonstrativos contábeis, que será com base em informações potencialmente distorcidas (Ferreira, Borba, & Rosa, 2014).

Corroborando com Ferreira *et al.* (2014), a pesquisa de Jesus e Souza (2016) denota que se as entidades estudadas reconhecessem os seus passivos contingenciais, 60% destas reduziriam em mais de 100% seus lucros e 6% revelariam a situação de passivo a descoberto.

Em face deste cenário de incertezas com relação aos passivos contingentes, percebe-se a extrema relevância de sua correta divulgação e mensuração para atender as necessidades informacionais dos usuários externos.

2.3 Estudos Anteriores

Com o objetivo de levantar estudos semelhantes sobre o tema passivos contingenciais, realizou-se uma busca na base *Scientific Periodicals Eletronic Library* (SPELL), na Revista de Contabilidade & Finanças da FEA/USP, na Revista *Brasilian Business Review* (BBR) e no Google Acadêmico, utilizando as seguintes palavras-chave: passivo contingente, CPC 25 e evidenciação (*disclosure*). Nas quais foi possível identificar 09 estudos semelhantes. A Tabela 1 demonstra os estudos similares encontrados consoantes os parâmetros mencionados.



Tabela 1: Pesquisas anteriores

Autores	Objetivo e período analisado	Resultados
Oliveira, Benetti e Varela (2011)	Analisar o <i>disclosure</i> obrigatório das provisões, e dos ativos e passivos contingenciais das maiores companhias elencadas na B3, referentes ao final do exercício de 2009 e nos três primeiros meses de 2010.	Os autores comprovaram que o grau de <i>disclosure</i> dos ativos, passivos contingenciais e casos especiais ficaram acima de 60%, esse percentual é explicado pelo fato de diversas subcategorias serem consideradas não aplicáveis, por desconhecer se o evento não ocorreu na empresa ou se ela não divulgou informações sobre os mesmos.
Oliveira (2011)	Identificar o grau de <i>disclosure</i> das provisões e dos passivos contingenciais apresentado pelas empresas listadas no Novo Mercado na B3, concernentes ao ano de 2010.	A autora demonstrou que o grau de <i>disclosure</i> apresentou-se médio para as provisões e baixo para os passivos contingenciais. E também as companhias divulgaram voluntariamente poucas informações negativas com relação as suas contingências.
Suave <i>et al.</i> (2013)	Verificar o nível de conformidade das empresas mais negociadas da B3 com relação às disposições do CPC 25, concernentes ao exercício de 2011.	Os autores perceberam que mais de 80% das companhias demonstraram divulgação nos itens: descrição da natureza, estimativa do efeito financeiro, critérios de mensuração e incertezas relacionadas a datas e valores.
Fonteles <i>et al.</i> (2013)	Analisar os determinantes da <i>disclosure</i> de provisões e contingências das empresas elencadas na B3 no ano de 2010.	Os autores verificaram a presença de relação positiva entre a evidenciação e o tamanho da entidade. O estudo sugere ainda a não conformidade dos demonstrativos contábeis das empresas com relação ao CPC 25.
Scarpin, Macohon e Dallabona (2014)	Analisar se há variabilidade nos índices de endividamento relativos à adição dos passivos contingenciais das companhias elencadas em diferentes níveis de governança corporativa da B3 nos períodos de 2010 e 2011.	A partir dos resultados analisados, os autores constataram diferenças significativas da variabilidade nos índices de endividamento.
Pinto <i>et al.</i> (2014)	Identificar se a evidenciação quantitativa e qualitativa de provisões e passivos contingenciais está relacionada com o valor de mercado das empresas abertas brasileiras, no período de 2010 a 2013.	Os autores verificaram coeficientes positivos e significativos que sugerem que quanto maior o lucro por ação, quanto maior o endividamento e a provisão por ação, maior a probabilidade de a empresa divulgar informações sobre a provisão e o passivo contingente.
Jesus e Souza (2016)	Verificar os impactos do reconhecimento dos passivos contingenciais na realidade econômica das companhias auditadas pelas <i>big four</i> , concernentes ao exercício de 2014.	As autoras verificaram que caso os passivos contingenciais fossem reconhecidos, 60% das companhias teriam seu lucro reduzido em mais de 100% e 6% demonstrariam um passivo a descoberto.
Oliveira (2016)	Analisar o atendimento das exigências de reconhecimento, mensuração e <i>disclosure</i> das provisões e passivos contingenciais de 18 companhias elencadas na B3, que obtiveram maior lucro do Brasil em 2014.	O autor constatou que a média do índice de evidenciação é de 61%, e ainda das 18 empresas analisadas, 12 obtiveram índices acima da média.



Rosa e Souza (2017)	Identificar a representatividade e o grau de <i>disclosure</i> das provisões e passivos contingenciais fiscais das companhias de capital aberto brasileiras, relativas ao exercício de 2015.	As autoras constataram que a ausência de divulgação ou má divulgação das informações concernentes aos passivos de natureza tributária pode afetar a análise dos usuários externos.
---------------------	--	--

Fonte: Elaborada pelos autores.

Conforme exposto na Tabela 1, as pesquisas anteriores de Oliveira (2011) e Rosa e Souza (2017) verificaram que o grau de *disclosure* dos passivos contingenciais é inferior comparativamente ao das provisões, o que reforça a importância do presente estudo com foco na evidenciação destes passivos, de todas as companhias de capital aberto brasileiras.

Scarpin *et al.* (2014) e Jesus e Souza (2016) acreditam que o reduzido *disclosure* dos passivos contingenciais nas companhias estudadas pode apontar a existência de adversidades por parte dos contadores na hermenêutica do CPC 25, revelando a importância da necessidade de maiores esclarecimentos acerca do tema por parte dos órgãos normatizadores.

Outro fator importante observado em todos os estudos prévios relatados na Tabela 1 é o não cumprimento por completo do CPC 25 (2009), situação que pode estar ligada com o nível de subjetividade do reconhecimento dos passivos contingenciais.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 Delineamento da Pesquisa

O presente estudo define-se como descritivo. Consoante Gil (2008), as pesquisas descritivas visam estudar aspectos ou comportamentos de uma determinada população e denotar possíveis associações entre as variáveis.

No tocante ao problema de pesquisa, enquadra-se o método qualitativo, que possibilita um maior entendimento das características e tendências de certas variáveis, não se utilizando de instrumentos estatísticos para análise dos dados (Richardson, 1999).

No que diz respeito ao meio de obtenção dos dados, o presente estudo aborda a pesquisa documental. Marconi e Lakatos (2017) definem que a pesquisa documental se utiliza de documentos para obtenção de dados. Dessa forma, através das notas explicativas do ano de 2016 foi possível analisar o nível de transparência dos passivos contingenciais praticado pela amostra de pesquisa, bem como sua possível tendência de associação com as características das companhias de capital aberto brasileiras listadas na B3.

3.2 Instrumento de Pesquisa

Para medir o nível de transparência das companhias da amostra, utilizou-se uma lista de verificação elaborada conforme as exigências de divulgação do CPC 25 (2009) na intenção de analisar as informações relevantes divulgadas pelas companhias. A Tabela 2 demonstra a lista de verificação utilizada nesta pesquisa.

Tabela 2: Lista de Verificação dos Passivos Contingentes

Lista de Verificação
1. Para cada classe de passivos contingentes, uma breve descrição de sua natureza
2. Estimativa do valor dos passivos contingentes
3. Indicação das incertezas relacionadas ao valor
4. Possibilidade de qualquer reembolso
5. Nos casos em que uma provisão tiver surgido de um passivo contingente, informar a ligação entre os dois

Fonte: Elaborada pelos autores com base no CPC 25 (2009).



Conforme supracitado, a base para a elaboração da Lista de Verificação foi o CPC 25 (2009), na qual, os itens contidos na Tabela 2 são reflexos dos requisitos para a divulgação dos passivos contingenciais contidos no referido Pronunciamento Técnico Contábil, com o intuito de promover um conjunto de informações relevantes quanto aos passivos contingenciais que possibilitaram o estudo da *disclosure* nesta pesquisa.

3.3 Procedimentos de Pesquisa

De posse a Lista de Verificação elaborada na presente investigação foi mensurado o nível de transparência dos passivos contingenciais das companhias analisadas nesta pesquisa e os documentos observados foram as notas explicativas relativas ao exercício de 2016.

Com base no trabalho de Souza (2015), os parâmetros utilizados para o cálculo dos índices de evidenciação foram: a) nas situações nas quais as companhias divulgaram o respectivo item da Lista de Verificação de maneira completa atribui-se a pontuação 1; b) nas situações nas quais o respectivo item foi divulgado de maneira parcial atribuiu-se a pontuação de 0,5 ponto; c) nas situações nas quais as companhias não divulgaram o respectivo item atribui-se 0 (zero); e d) nas situações nas quais o respectivo item não se aplica a determinada companhia atribuiu-se “Não se Aplica” representado pela sigla NA. Para o cálculo do índice de evidenciação foi utilizada a seguinte fórmula demonstrada a seguir:

$$\frac{\text{Total de Itens Divulgados pela Companhia}}{(\text{Total de Itens da Lista de Verificação} - \text{NA})}$$

Para fins de análise no presente trabalho, foram estudadas as seguintes características das companhias da amostra: o valor do Passivo Total; o Nível de Governança Corporativa; Companhias brasileiras listadas na *New York Stock Exchange* (NYSE); Empresa de Auditoria e o Setor de Atuação. Os próximos subtópicos apresentam as justificativas para escolha das características mencionadas para análise no presente estudo.

3.3.1 Valor do Passivo Total

Scarpin *et al.* (2014) demonstraram diferenças estatísticas significativas no tocante à importância da adição dos passivos contingenciais com relação à variabilidade dos índices de endividamento das companhias. Sendo assim possível presumir, que a não divulgação destes pode impactar de forma negativa a situação financeira das mesmas.

Dessa forma, considerou-se relevante analisar a característica “valor do passivo total”, obtida pela soma do Passivo Circulante e o Passivo Não Circulante das companhias da amostra. Os dados relativos ao valor do passivo total foram obtidos nos Balanços Patrimoniais consolidados das companhias da amostra, no *site* da B3.

3.3.2 Nível de Governança Corporativa

A B3 possui três níveis diferenciados de Governança Corporativa, sendo estes: o Novo Mercado e Níveis 1 e 2, com o intuito de melhorar os padrões de governança corporativa para as companhias brasileiras.

Conforme a pesquisa de Macêdo, Moura, Dagostini e Hein (2008), os autores constataram uma forte correlação positiva e significativa das empresas que adotam as práticas de governança corporativa e o grau de *disclosure* ambiental voluntária, concluindo assim, que



a adoção de práticas de governança corporativa mais elevada, contribui para um aumento do *disclosure*.

Por este motivo, é possível presumir que as companhias que adotam níveis diferenciados de governança, almejem mostrar aos seus usuários externos que a empresa se preocupa em estabelecer uma relação mais transparente, ou seja, o adequado *disclosure* dos dados em consonância com as normas contábeis vigentes. As informações com relação ao Nível de Governança Corporativa de cada companhia foram obtidas no *site* da B3.

3.3.3 Companhias listadas na NYSE

No estudo de Rover, Alves e Borba (2006), os autores compararam o grau de transparência dos passivos ambientais nas demonstrações de algumas companhias brasileiras listadas na B3 e que emitiram ações na NYSE. A comparação indicou que os dados divulgados nos Estados Unidos são mais amplos que no Brasil, depreendendo não haver uma padronização entre os dados apresentados pela mesma empresa nos dois países.

Sendo possível presumir que as entidades podem apresentar diferentes características de passivos contingenciais, por conta da diferenciação cultural, ao aplicar as normas internacionais de contabilidade. Os dados foram obtidos no *site* da NYSE.

3.3.4 Empresa de Auditoria

A atribuição do auditor independente é certificar que as demonstrações contábeis sejam divulgadas adequadamente conforme as normas contábeis, dessa forma assegurando a fidedignidade e confiabilidade dos dados (Antunes, 1998).

Neste sentido, Souza (2011) verificou uma qualidade superior de divulgação de informações contábeis e atendimento das normas nas companhias auditadas por empresas de auditoria *big four* com relação a outras.

Dessa forma, espera-se que as companhias auditadas por uma *big four* possuam um elevado nível de *disclosure* dos passivos contingenciais, comparadas aquelas auditadas por outras firmas de auditoria. Os dados foram obtidos nos pareceres de auditoria das companhias, disponibilizados no *site* da B3.

3.3.5 Setor de Atuação

Segundo Costa (2013), conforme o setor de atuação, as companhias estão expostas a diferentes tipos de riscos operacionais, podendo assim exercer um papel decisivo na situação financeira que as entidades estão sujeitas com relação às contingências passivas e provisões.

Deste modo considerou-se relevante, nesta pesquisa, analisar o setor de atuação relativo ao grau de *disclosure* dos passivos contingenciais. A divisão das companhias foi realizada por setor conforme classificação setorial da B3.

3.4 População e Amostra de Pesquisa

A população definida para esta pesquisa foram todas as companhias de capital aberto brasileiras listadas na B3. A Tabela 3 expõe a quantidade de companhias analisadas por setor.



Tabela 3: Empresas por Setor

Setor	Quantidade
Bens Industriais	49
Consumo Cíclico	73
Consumo não Cíclico	23
Financeiro e Outros	49
Materiais Básicos	24
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	9
Saúde	15
Tecnologia da Informação	5
Telecomunicações	5
Utilidade Pública	33
Total	285

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Da população de 432 empresas elencadas na B3, constatou-se 81 companhias do mesmo grupo econômico, nas quais existe a relação de controle. Dessa forma, visando evitar duplicidade de informações, nestes casos, analisaram-se apenas as notas explicativas relativas às demonstrações da controladora.

Na análise das notas explicativas das 351 companhias, 28 divulgaram que não possuíam passivos contingenciais, ou ainda, disseram que os valores das provisões contingenciais seriam suficientes para não haver necessidade de divulgarem suas contingências passivas, bem como 38 não informaram possuírem passivos contingentes, sendo assim, essas companhias não foram incluídas na amostra.

Desta maneira, da análise das notas explicativas de 351 companhias de 10 setores, perfiz-se o total de 285 companhias que possuíam passivos contingentes, conforme se observou no presente estudo.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O objetivo deste tópico é apresentar a verificação dos resultados encontrados, segundo as características associadas com o grau de *disclosure* dos passivos contingenciais das companhias de capital aberto brasileiras, pertinentes à amostra analisada.

Na análise das notas explicativas das companhias, foi possível identificar a natureza de cada passivo contingente por setor de atuação, com base no exposto na Tabela 4.

Tabela 4: Natureza dos Passivos Contingentes por Setor

Setor de Atuação	Natureza dos Passivos Contingentes Identificados					
	Ambiental	Cível	Trabalhista	Tributária	Não especificado	Total
Bens Industriais	6	39	43	40	1	129
Consumo Cíclico	4	63	61	63	-	191
Consumo não Cíclico	4	19	21	23	-	67
Financeiro e Outros	0	39	35	39	1	114
Materiais Básicos	6	21	22	20	1	70
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	4	7	7	8	-	26
Saúde	0	14	15	15	-	44



Tecnologia da Informação	0	2	4	4	-	10
Telecomunicações	0	5	5	5	-	15
Utilidade Pública	13	32	30	30	-	105
Total	37	241	243	247	3	771
Percentual	4,80%	31,26%	31,52%	32,04%	0,39%	100,00%

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Nas 285 empresas analisadas, foi possível constatar um alto percentual de *disclosure* dos passivos contingenciais de natureza tributária (32,04%), trabalhista (31,52%) e cível (31,26%) e uma baixa representatividade dos passivos contingenciais de natureza ambiental (4,80%). Estes resultados confirmam os estudos de Suave, Codesso e Pinto (2013), Jesus e Souza (2016) e Oliveira (2016), nos quais os passivos contingenciais de natureza ambiental são os menos recorrentes. Ademais, ressalta-se que conforme mostra a Tabela 4, três empresas divulgaram seus passivos contingentes, no entanto não especificaram sua natureza.

Associando o setor de atuação com a natureza dos passivos contingenciais encontrados, nota-se que os setores com um elevado *disclosure* de suas contingências, relativo à sua natureza, foram os de Consumo Cíclico (191), Bens Industriais (129) e Financeiro e Outros (114), fato este que está diretamente ligado à quantidade de companhias por setor que mais evidenciaram seus passivos contingentes. Contudo, é importante salientar que estes não foram os setores com o maior grau de *disclosure*.

É possível visualizar, na Tabela 5, as companhias que apresentaram pelo menos um dos itens de *disclosure* dos passivos contingenciais, elaborados conforme os requisitos contidos no CPC 25 (2009).

Tabela 5: Atendimento aos requisitos do CPC 25 (2009)

Lista de Verificação	Qtde. Empresas	Representatividade
1. Para cada classe de passivos contingentes, uma breve descrição de sua natureza	185	64,91%
2. Estimativa do valor dos passivos contingentes	285	100,00%
3. Indicação das incertezas relacionadas ao valor	4	1,40%
4. Possibilidade de qualquer reembolso	2	0,70%
5. Nos casos em que uma provisão tiver surgido de um passivo contingente, informar a ligação entre os dois	5	1,75%

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa.

A partir da amostra selecionada, o item com maior divulgação pelas companhias foi a “estimativa do valor dos passivos contingentes”, representando 100% da amostra. A seguir, ficou o item “para cada classe de passivos contingentes, uma breve descrição de sua natureza”, o qual obteve uma representatividade de 64,91%.

Os itens menos divulgados foram: “nos casos em que uma provisão tiver surgido de um passivo contingente, informar a ligação entre os dois”, com 1,75%; a “indicação das incertezas relacionadas ao valor”, com 1,40% e; por fim, a “possibilidade de qualquer reembolso”, com 0,70% de representatividade. Esses resultados reforçam os resultados encontrados nas pesquisas de Oliveira *et al.* (2011), Suave *et al.* (2013) e (Jesus & Souza, 2016).

Um fator observado durante as análises das notas explicativas foi que muitas empresas indicam as incertezas relacionadas ao valor com relação às provisões contingentes, ao invés



dos passivos contingenciais. Circunstância que corrobora com os estudos de Fonteles, Nascimento, Ponte e Rebouças (2013) e Jesus e Souza (2016), que expõem haver questionamentos acerca do entendimento das normas do CPC 25 (2009).

A média do grau de *disclosure* dos passivos contingenciais associada à característica do Passivo Total (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) é apresentada na Tabela 6.

Tabela 6: Média do Nível de Evidenciação dos Passivos Contingentes associada ao Passivo Total

Passivo Total	Quantidade Empresas	Percentual	Média Evidenciação
R\$ 0 até R\$ 500.000.000	80	28,07%	22,81%
R\$ 500.000.001 até R\$ 1.000.000.000	36	12,63%	25,69%
Acima de R\$ 1.000.000.001	169	59,30%	27,81%

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Para um melhor entendimento do grau de transparência dos passivos contingenciais associado ao Passivo Total das companhias, os valores do Passivo Total foram divididos em três categorias, as quais variam de: R\$ 0 até R\$ 500.000.000; de R\$ 500.000.001 até R\$ 1.000.000.000 e; acima de R\$ 1.000.000.001.

Nota-se que as companhias com passivos acima de R\$ 1.000.000.001 possuem uma média de *disclosure* de 27, 81%, demonstrando assim que as companhias detentoras de mais obrigações com terceiros, apresentam, em média, um *disclosure* maior, apesar de a diferença não ter sido alta, estes resultados vão ao encontro dos resultados encontrados nas pesquisas de Pinto, Avelar, Fonseca, Silva e Costa (2014) e (Scarpin *et al.*, 2014).

Os níveis de governança corporativa, contidos na B3, possuem características diferenciadas. Espera-se que quanto maiores sejam esses níveis, mais as companhias enquadradas neles divulguem suas informações a respeito dos passivos contingenciais. Na Tabela 7 é demonstrada a média do grau de transparência dos passivos contingenciais associada à característica níveis de governança corporativa.

Tabela 7: Média do Nível de Evidenciação dos Passivos Contingentes associada ao Nível de Governança

Nível de Governança	Quantidade Empresas	Percentual	Média Evidenciação
Tradicional	125	43,86%	24,93%
Nível 1	21	7,37%	31,35%
Nível 2	16	5,61%	29,69%
Novo Mercado	123	43,16%	26,02%

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Os achados de Gonçalves, Weffort, Peleias e Gonçalves (2008) sobre o social *disclosure* das companhias elencadas na B3 e sua relação com a governança corporativa, afirmam que o mais elevado nível de governança, o Novo Mercado, não influencia o *disclosure* das companhias, pois o nível de governança mais divulgado, conforme sua pesquisa, foi o Nível 2.

O presente estudo constata que o nível médio de *disclosure* dos passivos contingenciais é mais relevante no Nível 1 de governança corporativa, tendo uma média de 31,35%, seguido do Nível 2 com uma média de 29,69% e do Novo Mercado com uma média de 26,02%. Em último lugar, o Nível Tradicional apresentou uma média de *disclosure* dos passivos contingenciais de 24,93%, resultado esse já esperado, pois se trata do segmento de



governança que possui menos exigências das divulgações por parte das companhias elencadas na B3.

Os resultados quanto ao fato de realizar negociação de ações na NYSE com relação ao grau de *disclosure* dos passivos contingenciais é demonstrado na Tabela 8.

Tabela 8: Média do Nível de Evidenciação dos Passivos Contingentes associada à negociação de ações na NYSE

Negocia ações na NYSE	Quantidade Empresas	Percentual	Média Evidenciação
Sim	24	8,42%	31,94%
Não	261	91,58%	25,61%

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa.

No que diz a respeito ao quantitativo de companhias que negociam ações na NYSE, é possível inferir que as 24 companhias que os fazem, possuem uma média de evidenciação de 31,94%, sendo superior aos 25,61% das 261 empresas que não negociam.

Esse resultado reforça o estudo encontrado por Costa (2013), o qual demonstra que as companhias brasileiras, comparadas com as companhias da Ásia/Pacífico e Europa, foram as com maior divulgação dos passivos contingenciais dentre as companhias estrangeiras que negociam ações na NYSE. Um fato que chamou a atenção na pesquisa de Costa (2013) é que, em decorrência das normas tributárias excessivas, contraditórias e complicadas, existentes no Brasil, as contingências passivas tributárias foram as que tiveram maior destaque, assim como demonstrado no presente estudo, motivo pelo qual, segundo o autor, pode haver essa diferença de evidenciação do Brasil relativamente aos outros países.

Os resultados a respeito da característica, empresas auditadas pelas *big four* relativos à média do nível de evidenciação é exposto na Tabela 9.

Tabela 9: Média do Nível de Evidenciação dos Passivos Contingentes associada as Empresas de Auditoria

Empresas de Auditoria	Quantidade Empresas	Percentual	Média Evidenciação
<i>Big Four</i>	212	74,39%	27,04%
Outras	73	25,61%	23,52%

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa.

No universo das companhias de consultoria e assessoria, as *big four* são conhecidas como as quatro maiores companhias de auditorias independentes do mundo, sendo compostas pelas empresas Deloitte Touche Tohmatsu; Ernst & Young (EY); KPMG e; PricewaterhouseCoopers.

No presente estudo, pode-se perceber que a maior parte das organizações elencadas na B3 selecionam as *big four* para auditarem suas companhias, pois da amostra total, 212 empresas contratam os serviços destas. Com efeito, essas companhias apresentaram uma média de 27,04% de nível de *disclosure* das contingências passivas, sendo superior a média das entidades auditadas por outras empresas de auditoria independente. Essa observação confirma os estudos de Jesus e Souza (2016), nos quais as companhias auditadas pelas *big four* demonstraram um nível superior de adequações às normas de evidenciação dispostas pelo CPC 25 (2009).

Na Tabela 10, é apresentada a média do nível de evidenciação dos passivos contingentes associada ao setor de atuação das companhias elencadas na B3.



Tabela 10: Média do Nível de Evidenciação dos Passivos Contingentes associada ao setor de atuação

Sector de Atuação	Quantidade Empresas	Percentual	Média Evidenciação
Bens Industriais	49	17,19%	23,81%
Consumo Cíclico	73	25,61%	24,09%
Consumo não Cíclico	23	8,07%	25,00%
Financeiro e Outros	49	17,19%	27,55%
Materiais Básicos	24	8,42%	26,39%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	9	3,16%	28,70%
Saúde	15	5,26%	30,56%
Tecnologia da Informação	5	1,75%	28,33%
Telecomunicações	5	1,75%	33,33%
Utilidade Pública	33	11,58%	28,54%

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa.

O setor de atuação de Telecomunicações obteve a maior média de evidenciação (33,33%), seguido dos setores de Saúde (30,56%), Petróleo, Gás e Biocombustíveis (28,70%) e Utilidade Pública (28,54%).

Esses resultados reforçam os encontrados por Fonteles *et al.* (2012), nos quais sugerem que os setores de Telecomunicações e o subsector de Energia Elétrica, englobado no setor de Utilidade Pública, evidenciam mais seus passivos contingentes relativamente aos demais setores. Consoante aos achados de Suave *et al.* (2013), os setores que obtiveram as médias mais significativas com relação a evidenciação de seus passivos contingentes foram os de Petróleo, Gás e Biocombustíveis e o de Telecomunicações. Porém, diferem dos estudos de Pinto *et al.* (2014), em que a *disclosure* destes passivos são influenciadas pelas variáveis do setor de Tecnologia da Informação e Materiais Básicos.

Todavia, a pesquisa de Pinto *et al.* (2014), demonstra que as companhias com os menores itens de transparência dos passivos contingenciais foram do setor Bens Industriais, por conseguinte seus subsectores de Transportes e Serviços de Construção. Corroborando assim com o presente estudo, nos quais as companhias que menos evidenciaram seus passivos contingentes, consoantes as normas exigidas pelo CPC 25 (2009), foram os setores de Bens Industriais (23,81%), Consumo Cíclico (24,09%) e Consumo não Cíclico (25,00%).

5 CONCLUSÕES DA PESQUISA

Com o intuito de evitar possíveis danos nos quais impactam diretamente a imagem das companhias, a correta *disclosure* dos passivos contingenciais far-se-á relevante para a análise dos diversos usuários da contabilidade, proporcionando assim, informações relevantes e transparentes. A este respeito, notou-se um baixo grau de transparência dos passivos contingenciais, relativos às exigências contidas no CPC 25 (2009), nas companhias de capital aberto brasileiras analisadas.

Nos achados do presente estudo, a natureza dos passivos contingentes difundidos e identificados, foram os de contingências tributárias (247); trabalhistas (243); cível (241); ambiental (37) e não especificado (3). Ademais, observou-se que os setores de atuação que mais informaram a natureza de suas contingências passivas, foram os setores de Consumo Cíclico; Bens Industriais; Financeiro e Outros e Utilidade Pública.



No tocante à representatividade do grau de *disclosure* dos passivos contingenciais com os itens elaborados conforme os requisitos do CPC 25 (2009), averiguou-se que, a “estimativa do valor dos passivos contingentes”, foi o item com maior representação, obtendo (100%), em continuidade foi o da “breve descrição de sua natureza” (64,91%); “da provisão ter surgido de um passivo contingente” (1,75%); “indicação das incertezas relacionadas ao valor” (1,40%) e “possibilidade de qualquer reembolso” (0,70%). Esses resultados reforçam os encontrados nas pesquisas de Oliveira *et al.* (2011), Suave *et al.* (2013) e (Jesus & Souza, 2016).

Percebeu-se que a média do grau de *disclosure* dos passivos contingenciais associada ao passivo total foi superior nas empresas que possuem mais obrigações com terceiros, corroborando assim com os achados das pesquisas de Pinto *et al.* (2014) e (Scarpin *et al.*, 2014).

No que concerne a governança corporativa, os resultados do presente estudo reafirmam os achados de Gonçalves *et al.* (2008), os quais demonstram que o grau de *disclosure* das empresas não é influenciado pela sua classificação no Novo Mercado.

No mais, notou-se que 24 empresas negociam ações na NYSE, e o grau de *disclosure* dos passivos contingenciais apresentou uma tendência a estar relacionado com esta característica, pois a média de evidenciação destes foi de 31,94%, sendo superior aos 25,61% das empresas que não negociam.

Verificou-se que as companhias abertas possuem uma preferência em contratar as *big four* para auditarem suas companhias. Com uma média de 27,04%, a média do nível de *disclosure* dos passivos contingenciais foi superior a média das companhias auditadas por outras empresas de auditoria independente. Estes resultados também foram interpretados por (Jesus & Souza, 2016)

Os setores de atuação com as médias de transparência dos passivos contingenciais mais expressivos foram o setor de Telecomunicações (33,33%); Saúde (30,56%) e; Petróleo, Gás e Biocombustíveis (28,70%), reforçando os estudos de Fonteles *et al.* (2012) e (Suave *et al.*, 2013). Já os setores que menos evidenciaram seus passivos contingentes foram os de Bens Industriais (23,81%); Consumo Cíclico (24,09%) e Consumo não Cíclico (25,00%), confirmando os achados de (Pinto *et al.*, 2014).

Ressaltam-se como limitações do presente estudo o fato dos resultados verificados restringirem-se à amostra e período analisados não podendo ser excedidos para demais companhias e períodos diferentes.

Como proposta para estudos futuros, sugere-se uma análise visando identificar alguma relação de causa e efeito entre o grau de *disclosure* dos passivos contingenciais e as características das companhias de capital aberto brasileiras, abrangendo também as provisões contingentes, fazendo uso de ferramental estatístico.

REFERÊNCIAS

- Antunes, J. (1998). *Contribuição ao estudo da avaliação de risco e controles internos na auditoria de demonstrações contábeis no Brasil*. (Dissertação). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. São Paulo, Capital, Brasil.
- Aquino, W. D. & Santana, A. C. D. (1992). Evidenciação. *Caderno de Estudos - FIPECAFI*. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. *Estrutura Conceitual*, de 02 de dezembro de 2011. Disponível em: www.cpc.org.br. Acesso em: 27 de maio de 2017.



Comitê de Pronunciamentos Contábeis. *Pronunciamento Técnico CPC 25. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes*, de 26 de junho de 2009. Disponível em: www.cpc.org.br. Acesso em: 27 de maio de 2017.

Costa, E. B. D. (2013). *Passivos contingentes na bolsa de valores de Nova York: Uma análise comparativa entre as empresas estrangeiras*. (Dissertação). Faculdade de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Ferreira, D. D. M., Borba, J. A., & Rosa, C. A. D. (2014). As contingências ambientais das empresas estrangeiras que publicam suas demonstrações financeiras em IFRS no mercado norte americano. *Revista Universo Contábil*, 10(3), 134-154.

Fonteles, I. V., Nascimento, C. P. S., Ponte, V. M. R., & Rebouças, S. M. D. P. (2013). Determinantes da evidenciação de provisões e contingências por companhias listadas na BM&FBOVESPA. *Revista Gestão Organizacional*, 6(4), 85-98.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (6. ed.) São Paulo: Atlas.

Gonçalves, R. S., Weffort, E. F. J., Peleias, I. R., & Gonçalves, A. O. (2008). Social disclosure das empresas brasileiras listadas na NYSE e na BOVESPA: sua relação com os níveis de governança corporativa. *Revista Contemporânea de Contabilidade*. 1(9), 71-94.

Griffin, M. P. (2012). *Contabilidade e finanças: série fundamentos*. (1. ed.) São Paulo: Saraiva.

Hendriksen, E. S. & Van Breda, M. F. (2009). *Teoria da contabilidade*. (1. ed.) São Paulo: Atlas.

Iudícibus, S. D., Marion, J. C., & Faria, A. C. D. (2017). *Introdução à teoria da contabilidade: para graduação*. (6. ed.) São Paulo: Atlas.

Jensen, M. C. & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*. 3(4).

Jesus, S. S. & Souza, M. M. (2016). Impacto do Reconhecimento dos Passivos Contingentes na Situação Econômica das empresas Auditadas pelas Big Four. *Revista de Contabilidade da UFBA*, 10(2), 43-63.

Lopes, A. B. & Lima, I. S. (1998). Disclosure de operações com derivativos: panorama internacional. *Caderno de Estudos – FIPECAFI*.

Lopes, A. B. & Martins, E. (2005). *Teoria da contabilidade: uma nova abordagem*. (1. ed.) São Paulo: Atlas.

Macêdo, F. F. R. R., Moura, G. D., Dagostini, L., & Hein, N. (2013). Evidenciação ambiental voluntária e as práticas de governança corporativa de empresas listadas na BM&FBOVESPA. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 16(1), 3-18.

Marconi, E. M. & Lakatos, M. D. A. (2017). *Fundamentos de metodologia científica*. (8. ed.) São Paulo: Atlas.

Marques, T. D. A., Guimarães, T. M., & Peixoto, F. M. (2015). A concentração acionária no Brasil: Análise dos impactos no desempenho, valor e risco das empresas. *Revista de Administração Mackenzie*, 16(4), 100-133.

Martins, E., Iudícibus, S. D., Gelbcke, E. R., & Santos, A. D. (2013). *Manual de contabilidade societária*. (3. ed.) São Paulo: Atlas.

Mattos, A. (2017, março 07). CVM vê 'irregularidades graves' na Saraiva. *Jornal Valor Econômico*. Disponível em: www.valor.com.br/empresas/4889898/cvm-ve-irregularidades-graves-na-saraiva. Acesso em: 15 de junho de 2017.

Niyama, J. K. & Silva, C. A. T. (2013). *Teoria da contabilidade*. (3. ed.) São Paulo: Atlas.



Oliveira, A. F., Benetti, J. E., & Varela, P. S. (2011). Disclosure das provisões e dos passivos e ativos contingentes: um estudo em empresas listadas na BM&FBOVESPA. *In Anais ...: Congresso da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Ciências Contábeis - ANPCONT*.

Oliveira, C. D. (2016). *Análise do cumprimento das exigências de reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes: uma análise de empresas listadas na BM&FBOVESPA*. (Monografia). Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Oliveira, M. A. S. D. (2011). *Disclosure das contingências e provisões passivas*. (Dissertação). Centro de Pós-graduação em Pesquisas em Contabilidade e Controladoria, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.

Pereira, J. C. S. & Silva, R. C. (2006). Evidenciação (Disclosure): O Produto Final da Ciência Contábil. *Revista Digital Simonsen*, 1.

Pinto, A. F., Avelar, B., Fonseca, K. B. C., Silva, M. B. A., & Costa, P. S. (2014). Value Relevance da Evidenciação de Provisões e Passivos Contingentes. *Pensar Contábil*, 16(61), 54-65.

Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. (3. ed.) São Paulo: Atlas.

Rosa, B. B. D. & Souza, M. M. (2017). Representatividade e nível de evidenciação das provisões e passivos contingentes fiscais nas companhias de capital aberto brasileiras. *7º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade*. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Rover, S., Alves, J. L., & Borba, J. A. (2006). A evidenciação do passivo ambiental: quantificando o desconhecido. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 3(5), 41-58.

Salazar, J. N. A. & Benedicto, G. C. D. (2004). *Contabilidade financeira*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

Santos, L. J., Macedo, M. A. S. & Rodrigues, A. (2014). Determinantes do nível de divulgação das recomendações do Pilar 3 do Acordo de Basiléia 2 nas demonstrações financeiras de Instituições Bancárias que atuam no Brasil. *Brazilian Business Review*, 11(1), 26-40.

Scarpin, J. E., Macohon, E. R., & Dallabona, L. F. (2014). Variabilidade dos índices de endividamento em relação à adição dos passivos contingentes na estrutura patrimonial das empresas listadas na BM&FBOVESPA. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 8(22), 3-14.

Souza, M. M. (2011). *Perda no valor recuperável de ativos: fatores explicativos do nível de evidenciação das empresas de capital aberto brasileiras*. (Dissertação). Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Souza, M. M. (2015). *Value relevance do nível de disclosure das combinações de negócios e do goodwill reconhecido nas empresas brasileiras*. (Tese Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Suave, R., Codesso, M. M., & Pinto, H. D. M. (2013). Divulgação de passivos contingentes nas empresas mais líquidas da BM&FBOVESPA. *Revista Da UNIFEFE*, 1(11).